



Relatório Anual - 2010



TELÓS



SEU FUTURO EM BOA COMPANHIA

Como responsáveis pela gestão de um patrimônio de R\$ 4,5 bilhões, pertencente aos nossos 13 mil Participantes e assistidos vimos, pelo presente Relatório Anual, apresentar os resultados da TELOS no ano de 2010.

Com plena consciência da importância deste voto de confiança, temos procurado agir sempre de forma transparente, pautando todas as ações na racionalização de despesas e na segurança do patrimônio.

O ano de 2010 foi mais um de resultados positivos obtidos em consequência não só de uma política de investimentos que privilegia a segurança e a liquidez dos recursos, mas também de uma eficiente gestão do passivo.

Vimos apresentando, nos últimos anos, um crescimento constante e sustentável acumulando um superávit total de R\$ 377 milhões.

Só neste ano o superávit foi de aproximadamente R\$ 99 milhões, sendo R\$ 98 milhões em relação ao PBD e R\$ 630 mil no PCD, estando este último deduzido de parcela de R\$ 27 milhões, destinada à constituição de provisão financeira para uma futura revisão da taxa de juros, o que tornará o Plano ainda mais seguro.

A rentabilidade dos recursos dos Assistidos do PBD foi de 20,56%, representando 121,9% da meta atuarial prevista para este Plano, que é IGP-DI + 5% ao ano.

Quanto aos recursos dos Assistidos em renda vitalícia do PCD, a rentabilidade alcançada foi de 21,02%, um resultado que corresponde a 116,9% da meta atuarial prevista que é IGP-DI + 6% ao ano. A certificação dos processos de concessão e manutenção de benefícios, recebimento de contribuições, concessão de empréstimos e gestão de investimentos pela Norma ISO 9001: 2008 são garantias de uma administração moderna e eficiente e a primeira recertificação em 2010 demonstra que continuamos trilhando caminho certo em busca de melhorias do padrão de qualidade instituído.

Sempre em linha com o compromisso de adaptar os benefícios e serviços ao desejo dos Participantes, sem comprometer a segurança do Plano e em consonância com a legislação, promovemos alterações no regulamento do PCD que permitiram aos Participantes e Assistidos em Saque Programado a manutenção dos filhos maiores de idade no elenco de beneficiários e, a estes aposentados a liberdade de escolher, de acordo com a sua conveniência, a melhor data para retirada de parcela à vista do Saldo de Conta Total.

Melhorias nos processos de concessão de empréstimos foram sendo efetuadas no decorrer do ano de modo a ampliar a abrangência dos mutuários e tornar a concessão mais rápida e eficaz.

DIRETORIA EXECUTIVA



SUMÁRIO

Órgãos Estatutários	6
Relacionamento e Comunicação	7
Gestão Previdencial	10
Gestão de Investimentos	13
Gestão Administrativa	28
Demais Documentos	38

A FUNDAÇÃO

A TELOS – Fundação Embratel de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Privada sem fins lucrativos, que atua no mercado desde agosto de 1975.

A Fundação é a responsável pela administração do Plano de Contribuição Definida (PCD) atualmente oferecido pela Embratel e pelas empresas Star One, PrimeSys, TV SAT e pela própria TELOS aos seus empregados e pelo Plano de Benefício Definido (PBD), fechado a novas adesões desde janeiro de 1999.

MISSÃO

Instituir e Administrar Planos de Previdência Complementar, garantindo a concessão de benefícios de natureza previdenciária através da gestão eficaz dos recursos aportados, observando as expectativas de seus Participantes e Patrocinadores.

VALORES

Trabalho, Crescimento, Responsabilidade Social e Austeridade.

VISÃO

Ser reconhecida pelos Participantes e Patrocinadores como uma entidade Sólida, Transparente, Eficiente e Moderna.

POLÍTICA DA QUALIDADE

A TELOS é comprometida com um Sistema de Qualidade e está focada na satisfação, atual e futura, de seus participantes e patrocinadores, através da eficiente gestão dos investimentos, adoção de práticas que asseguram a correta concessão e manutenção de benefícios previdenciários na forma contratada e a prestação de assistência financeira a seus participantes, mantendo simultaneamente o equilíbrio atuarial de seus planos e rigoroso controle dos custos administrativos. Nossos Objetivos da Qualidade e a determinação por resultados serão sempre desafios a superar, com segurança, através da melhoria contínua dos processos.

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Monumento aos Candangos | Brasília | DF

CONSELHO DELIBERATIVO

Carlos Henrique Moreira - Presidente
Jose Formoso Martínez
Nelson Laureano Filho
Gilberto da Silva Nunes
Helio Manoel dos Santos Filho

CONSELHO FISCAL

Sílvia Teixeira de Carvalho - Presidente
Ivo Filgueiras Marins
Geraldo Pimentel de Oliveira

DIRETORIA EXECUTIVA

Roberto Durães de Pinho | **Presidente**
Andrea Morango Pittigliani | **Diretora Financeira**
Carlos Alberto Tavares de Almeida | **Diretor de Seguridade**



RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO

Farol da Barra | Salvador | BA





MELHORAR a qualidade do atendimento prestado aos Participantes, tem sido um objetivo que vem sendo alcançado a cada ano, mas em 2010 conseguimos finalmente atingir números correspondentes às melhores práticas do mercado.

Nossa Central de Atendimento superou as metas previstas para o ano, levando praticamente a zero o número das chamadas telefônicas abandonadas.

Além do empenho de nossa equipe, estes resultados são devidos também à confiança depositada pelos Participantes em outros canais de atendimento, provocando a redução da demanda pelo atendimento telefônico. Um exemplo é o aumento do atendimento efetuado através da URA - voz eletrônica sem a participação das atendentes. No ano passado 12% das consultas foram efetuadas desta forma, contra apenas 6% em 2009.

Na tabela abaixo verificamos, por ordem de assunto mais procurado, a quantidade de atendimentos realizados pela Central no ano de 2010.

ASSUNTOS	QUANTIDADE	%
Empréstimos	21.370	35,32%
Cadastro	7.782	12,86%
Pagamentos	7.185	11,87%
Outros Atendimentos	6.126	10,10%
Benefícios	5.942	9,82%
Inscrição / Contribuição	3.371	5,57%
Instituto	3.086	5,10%
Ass. Médica e Social	2.945	4,86%
Seguros de Vida/Acidentes	1.794	2,96%
Saldos de Conta/Investimentos	910	1,50%
TOTAL	60.511	100,00%

Sempre com o foco no atendimento aos dispositivos legais por meio de ações que reflitam positivamente na qualidade de vida dos aposentados, após cuidadoso estudo simplificamos significativamente o processo de recadastramento ao qual os aposentados eram submetidos. Através de convênio assinado com a DATAPREV foi possível poupar nossos aposentados da obrigatoriedade de comparecer à TELOS ou a um cartório para realização de prova de vida.

O acordo assinado permite que a Fundação tenha acesso ao Sistema Informatizado de Controle de Óbitos - SISOBI, do Ministério da Previdência Social, que está interligado aos registros de óbitos efetuados pelos cartórios de todo o Brasil.

Quanto à comunicação com participantes através da Internet, nosso principal veículo de informação, os resultados também são satisfatórios. O número de acessos em 2010 foi de 387 mil, um crescimento de 12% em relação a 2009, e as 4 edições do Jornal Eletrônico Em Linha foram consultadas 8.800 vezes pelos Participantes.

Além do encontro bimestral com Assistidos do Rio de Janeiro, em 2010 a TELOS levou informação e atendeu em loco os Participantes de Natal, Campo Grande, Campinas, Florianópolis, Curitiba, Salvador e São Paulo.

Portal de Educação Financeira

A receptividade dos participantes ao curso e-learning comprova a eficácia desta ferramenta em relação ao objetivo de orientar, conscientizar e ampliar o conhecimento dos Participantes e Assistidos da TELOS sobre planejamento financeiro, orçamento pessoal, investimentos e previdência, habilitando-os para a tomada de decisões mais conscientes em relação ao plano.



Em 2010 foram lançados os 7 módulos restantes, dos 10 que compõem o curso e mais de mil Participantes iniciaram o Curso de Educação Financeira e Previdenciária, podendo concluí-lo de acordo com o interesse e disponibilidade de cada um.



O Programa de Educação Previdenciária e Financeira da TELOS foi submetido novamente à PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar e, em face da sintonia com a estratégia nacional de educação financeira, obteve sua aprovação. Com isso, a Fundação ficou dispensada de encaminhar, em 2011, este relatório de informações aos Participantes e Assistidos por meio impresso.

Pesquisa de Satisfação

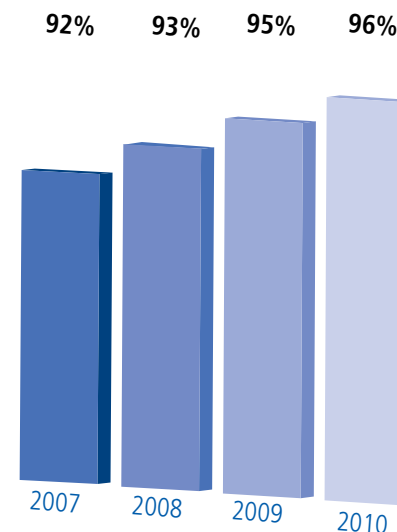
Foco do nosso Sistema de Qualidade, a satisfação dos Participantes e Assistidos é um dos indicadores que vem sendo acompanhado pela Diretoria com bastante atenção. O último estudo realizado constatou que cresce a cada ano a satisfação com a qualidade dos serviços oferecidos.

O resultado da Pesquisa revelou elevado índice de satisfação. Dentre os entrevistados, 96% estão satisfeitos com a Fundação e afirmam que de uma maneira geral a consideram ótima ou boa. Quanto à imagem da Fundação, 99% consideram-na sólida. Ou seja, estão seguros em relação aos investimentos e à capacidade da TELOS continuar honrando seus compromissos. Os demais atributos avaliados foram modernidade (93%), eficiência (97%) e transparência (92%).

Os principais canais de atendimento, que são o telefônico, o presencial e o site, tiveram todos conceitos ótimo ou bom de mais de 95% dos participantes pesquisados.

Em relação a aplicação dos recursos financeiros a avaliação também foi muito boa. A satisfação com os gestores selecionados pela TELOS para administração dos recursos é, em média, de 97,5%.

▶ AVALIAÇÃO GERAL DA TELOS (ÓTIMA/BOA) NOS ÚLTIMOS 4 ANOS



GESTÃO PREVIDENCIAL

Igreja de São Sebastião | Manaus | AM





Alterações nos Regulamentos dos Planos

No ano de 2010 o Regulamento do Plano de Contribuição Definida (PCD) foi alterado para contemplar demandas de nossos Participantes. Foram elas:

1) A possibilidade do Participante assistido que recebe seu benefício na modalidade de Saque Programado optar, anualmente, por receber ou não o Abono Anual devido no mês de dezembro. (artigo 79).

2) A possibilidade do Participante que se aposentar pela modalidade de Saque Programado optar pelo recebimento do percentual de até 20% do saldo de conta em até duas parcelas. A solicitação do pagamento poderá ser feita a qualquer tempo a partir da data de aposentadoria do Participante. (artigo 70, § 5º e 6º). Essa alteração permitiu uma segunda retirada para aqueles aposentados que tinham optado originalmente por um percentual inferior a 20%.

3) A possibilidade dos Participantes Ativos e os Aposentados em Saque Programado incluírem os filhos maiores de 21 anos no elenco de Beneficiários. (artigos 3º, inciso V e parágrafo único; artigo 70, § 3º; artigo 71, § 1º, alínea "a"; e artigo 73, § 11).

Além disso essa alteração no regulamento proporcionará aos filhos maiores de 21 anos um benefício por morte calculado também com a totalidade das contribuições efetuadas pelo patrocinador e ainda com o saldo da Conta Projetada. A forma poderá ser o Saque Programado ou pagamento único, a critério dos interessados.

Antes, os beneficiários maiores de 21 recebiam benefício correspondente apenas às contribuições individuais do participante falecido, em parcela única, desde que não existissem Beneficiários e ainda que tivessem sido inscritos como Beneficiários Indicados.

Quando o participante falecer na condição de aposentado em Saque Programado, se for de sua vontade, os filhos maiores passarão a dividir o benefício com os demais Beneficiários (filhos menores, cônjuge e companheira(o)), podendo recebê-lo também na forma de renda mensal não vitalícia.

4) A possibilidade do Participante mesmo depois de aposentado pela modalidade de Saque Programado indicar o elenco de Beneficiários Indicados. (artigo 3º, inciso VI).

Participantes Telos

Ao final do exercício a TELOS registrava 13.043 Participantes distribuídos nos Planos de Contribuição Definida (PCD) e Benefício Definido (PBD), a saber:

Plano de Benefício Definido - PBD

Estavam vinculados ao PBD 3.426 Participantes, sendo 3.420 Assistidos, 4 Ativos e 2 em Manutenção de Inscrição.

Plano de Contribuição Definida - PCD

Encontravam-se no Plano 9.617 Participantes, sendo 5.851 Ativos, 2.880 Assistidos, 424 Autopatrocinados, 222 Vinculados e 240 demitidos do patrocinador e que ainda não definiram sua situação na TELOS.



Benefícios e Institutos

Plano de Contribuição Definida

Durante o ano de 2010 foram registradas 145 novas concessões de benefícios, sendo 109 aposentadorias em Saque Programado, 20 em Renda Mensal Vitalícia, 12 Benefícios por Morte e 4 benefícios de Pagamento único.

A despesa gerada com a manutenção dos benefícios ficou em torno de R\$ 120 milhões, sendo R\$ 118 milhões para o pagamento de aposentadorias e R\$ 2 milhões a título de benefícios por morte. A Portabilidade de recursos para outra entidade e o pagamento de Resgate correspondeu a aproximadamente R\$ 10 milhões.

► BENEFÍCIOS MANTIDOS - QUADRO CONSOLIDADO

APOSENTADORIAS DO PCD

Renda Vitalícia - Tipo Reajuste		Saque Programado	Total de Aposentadorias em Manutenção
IGP-DI	Rentabilidade		
752	909	1.120	2.781

BENEFÍCIOS POR MORTE DO PCD

Renda Vitalícia - Tipo Reajuste		Saque Programado	Total de Benefícios por Morte em Manutenção
IGP-DI	Rentabilidade		
37	49	13	99

Plano de Benefício Definido

Neste Plano foram concedidas 33 novas Pensões por Morte e realizado o pagamento de 35 Pecúlios, sendo 23 do tipo Complementar, 7 por Morte, 5 por Aposentadoria. O pagamento de todos estes benefícios gerou uma despesa aproximada de R\$ 108 milhões.

► BENEFÍCIOS MANTIDOS - QUADRO CONSOLIDADO

QUANTIDADE TOTAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES POR MORTE

Pensão por Morte	Aposentadoria	Total
682	2.738	3.420

QUANTIDADE POR TIPO DE REAJUSTE

IGP - DI	Equivalência Salarial	Total
3.264	156	3.420

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Gruta do Lago Azul | Bonito | MS

Alocação de Recursos Garantidores

Valores em R\$ (Mil)

SEGMENTO	DEZEMBRO 2010		DEZEMBRO 2009	
	VALORES	%	VALORES	%
Programa de Investimentos	4.515.106	100,10%	4.070.878	100,10%
Renda Fixa	4.031.320	89,37%	3.644.593	89,62%
Renda Variável	363.972	8,07%	318.703	7,84%
Imóveis	62.370	1,38%	50.058	1,23%
Investimentos Estruturados	5.507	0,12%	6.647	0,16%
Emp/Finan.	51.937	1,15%	50.877	1,25%
Disponível	292	0,01%	315	0,01%
Valores a Pagar (-)	(38)	0,00%	(19)	0,00%
Contingência (-)	(4.792)	-0,11%	(4.507)	-0,11%
Total Recursos Garantidores	4.510.568	100,00%	4.066.666	100,00%

Obs.: Para fins de comparação o quadro dezembro de 2009 está apresentado em consonância com a legislação vigente.

Alocação dos Recursos por Plano

▶ PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD

Valores em R\$ (Mil)

MODALIDADES DE APLICAÇÃO	DEZEMBRO 2010		MARGEM DE ALOCAÇÃO		DEZEMBRO 2009	
	VALORES	% ALOCADO	LIMITE MÍNIMO	LIMITE MÁXIMO	VALORES	% ALOCADO
Renda Fixa	1.622.741	86,99%	65%	100%	1.445.083	87,76%
Renda Variável	161.450	8,65%	0%	25%	131.353	7,98%
Imóveis	62.370	3,34%	0%	7%	50.058	3,04%
Investimentos Estruturados	5.507	0,30%	0%	13%	6.647	0,40%
Empréstimos e Financiamentos	13.454	0,72%	0%	3%	13.493	0,82%
Total	1.865.522	100,00%			1.646.633	100%

Obs.: Para fins de comparação o quadro dezembro de 2009 está apresentado em consonância com a legislação vigente.

▶ PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA- PCD

Valores em R\$ (Mil)

MODALIDADES DE APLICAÇÃO	DEZEMBRO 2010		MARGEM DE ALOCAÇÃO		DEZEMBRO 2009	
	VALORES	% ALOCADO	LIMITE MÍNIMO	LIMITE MÁXIMO	VALORES	% ALOCADO
Renda Fixa	2.372.843	90,78%	70%	100%	2.161.888	90,58%
Renda Variável	202.522	7,75%	0%	18%	187.351	7,85%
Empréstimos e Financiamentos	38.483	1,47%	0%	4%	37.384	1,57%
Total	2.613.848	100,00%			2.386.623	100%

▶ PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Valores em R\$ (Mil)

MODALIDADES DE APLICAÇÃO	DEZEMBRO 2010		MARGEM DE ALOCAÇÃO		DEZEMBRO 2009	
	VALORES	% ALOCADO	LIMITE MÍNIMO	LIMITE MÁXIMO	VALORES	% ALOCADO
Renda Fixa	34.970	100%	100%	100%	36.299	100%
Total	34.970	100%			36.299	100%

▶ PROGRAMA ASSISTENCIAL - AMAP

Valores em R\$ (Mil)

MODALIDADES DE APLICAÇÃO	DEZEMBRO 2010		MARGEM DE ALOCAÇÃO		DEZEMBRO 2009	
	VALORES	% ALOCADO	LIMITE MÍNIMO	LIMITE MÁXIMO	VALORES	% ALOCADO
Renda Fixa	766	100%	100%	100%	1.323	100%
Total	766	100%			1.323	100%

Gestores das Carteiras

▶ PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD

Valores em R\$ (Mil)

GESTOR	DEZEMBRO/2010	% SOBRE TOTAL DE INVESTIMENTOS
Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda	2.945	0,16%
Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda	2.486	0,13%
Banco Schahin S.A.	76	0,00%
Total Recursos Terceirizados	5.507	0,30%
TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social	1.860.015	99,70%
Total Investimentos	1.865.522	100%

▶ PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - PCD

Valores em R\$ (Mil)

GESTOR	DEZEMBRO/2010	% SOBRE TOTAL DE INVESTIMENTOS
Banco do Brasil Administração de Ativos DTVM S.A.	776.166	29,69%
Western Asset Management Company DTVM Ltda - Legg Mason	328.956	12,59%
Itaú Unibanco S.A.	124.757	4,77%
HSBC Investments Gestão de Recursos Ltda	113.171	4,33%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM.	66.444	2,54%
Total Recursos Terceirizados	1.409.494	53,92%
TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social	1.204.354	46,08%
Total Investimentos	2.613.848	100,00%



Desempenho dos Recursos Administrados

PBD

A rentabilidade alcançada pelo Plano ao final de 2010 foi de 20,56%, superando a meta atuarial de IGP-DI + 5% (16,87%).

▶ PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD

SEGMENTO	RENTABILIDADE	RENTABILIDADE ÍNDICES DE REFERÊNCIA		% DA META	RETORNO EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
Renda Fixa	19,24%	16,87%	IGP-DI + 5% a.a	114,0%	IGP-DI + 7,14%
Renda Variável	36,17%	16,87%	IGP-DI + 5% a.a	214,4%	IGP-DI + 22,34%
Imóveis	32,59%	16,87%	IGP-DI + 5% a.a	193,2%	IGP-DI + 19,13%
Investimentos Estruturados	3,29%	16,87%	IGP-DI + 5% a.a	19,5%	IGP-DI - 7,20%
Empréstimos/ Financiamentos	18,46%	16,87%	IGP-DI + 5% a.a	109,4%	IGP-DI + 6,43%
Global do Plano	20,56%	16,87%	IGP-DI + 5% a.a	121,9%	IGP-DI + 8,32%



PCD

Ao final de 2010, a rentabilidade dos recursos dos Participantes Ativos no conjunto foi de 8,49%. O rendimento das carteiras individuais, no entanto, variou entre 4,20% e 9,84%, em função do perfil de investimento escolhido. A rentabilidade da conta coletiva, recursos dos Assistidos em renda vitalícia, foi de 21,02%, superando a meta atuarial estabelecida de IGP-DI + 6% de 17,98%.

▶ PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - PCD

SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)	RENTABILIDADE ÍNDICES DE REFERÊNCIA (%)	% DA META	RETORNO EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
Ativos e Assistidos em Saque Programado				
Renda Fixa	9,80%	9,74%	100% do CDI	CDI + 0,05%
Kilawea Fundo de Investimento Multimerado	9,84%	9,74%	100% do CDI	CDI + 0,09%
Krakatoa Fundo de Investimento Multimerado	9,78%	9,74%	100% do CDI	CDI + 0,04%
Vesúvio Fundo de Investimento Multimerado	9,77%	9,74%	100% do CDI	CDI + 0,02%
Renda Variável	0,65%	0,75%	IBrX-50 % (F)	IBrX-50 - 0,10%
Etna Fundo de Investimentos em Ações	0,49%	0,75%	IBrX-50 % (F)	IBrX-50 - 0,25%
Lokon Fundo de Investimentos em Ações	1,02%	0,75%	IBrX-50 % (F)	IBrX-50 + 0,27%
Total Ativos	8,49%	-	-	-
Superávit / Oscilações de Risco / Perda de Saldo				
Renda Fixa	12,34%	9,74%	100% do CDI	CDI + 2,36%
Conta Coletiva				
Renda Fixa	21,31%	17,98%	IGP-DI + 6% ao ano	IGP-DI + 8,99%
Empréstimos e Financiamentos	18,28%	17,98%	IGP-DI + 6% ao ano	IGP-DI + 6,27%
Total Conta Coletiva	21,02%	17,98%	IGP-DI + 6% ao ano	IGP-DI + 8,73%
Global do Plano	13,59%	-	-	-

Gestão Administrativa e Gestão Assistencial

Os recursos administrativos e os destinados à gestão assistencial também apresentaram rentabilidade superior à meta estabelecida. O Programa de Gestão Administrativa obteve 12,36% e a gestão assistencial 12,27%, correspondendo respectivamente a 126,8% e 125,9% do CDI.

▶ PGA

SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)	RENTABILIDADE DE REFERÊNCIA (%)	ÍNDICES DE REFERÊNCIA (%)	% DA META	RETORNO EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
Renda Fixa	12,36%	9,74%	100% do CDI	126,8%	CDI + 2,38%
Global do Programa	12,36%	9,74%	100% do CDI	126,8%	CDI + 2,38%

▶ ASSISTENCIAL

SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)	RENTABILIDADE DE REFERÊNCIA (%)	ÍNDICES DE REFERÊNCIA (%)	% DA META	RETORNO EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
Renda Fixa	12,27%	9,74%	100% do CDI	125,9%	CDI + 2,30%
Global do Programa	12,27%	9,74%	100% do CDI	125,9%	CDI + 2,30%

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2011

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ANO DE 2010:

Cenário Externo:

Da mesma forma que o ano de 2008 será lembrado pela pior crise financeira desde 1929 e o ano de 2009 pela ajuda maciça por parte dos Governos em todo o mundo, o ano de 2010 foi marcado por uma enorme diferença nas situações econômicas entre países desenvolvidos e emergentes.

Enquanto as economias dos países desenvolvidos reduziam o ritmo de crescimento econômico, fruto da retirada de grande parte dos estímulos monetários e fiscais realizados em 2009, os países emergentes continuavam crescendo a taxas elevadas.

Juntamente com o tímido crescimento apresentado pelos países desenvolvidos, apareceram indícios de deflação, tornando a situação cada vez mais complicada.

As soluções mais triviais ou já tinham sido executadas ou não poderiam ser aplicadas com o risco de afundar cada vez mais suas economias.

Diante da difícil solução, houve uma diferença de postura entre os países europeus e os Estados Unidos.

A Europa, muito mais pressionada por conta de problemas fiscais em alguns países da Zona do Euro (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), partiu para um corte de gastos em grande



magnitude. É uma saída mais dolorosa, porém com efeitos e conseqüências mais previsíveis, ou seja, uma solução conservadora.

Tal estratégia permitiria uma redução imediata dos déficits fiscais dos países, reduzindo o risco de calote (que em alguns momentos de 2010 era praticamente certo em alguns países tais como Grécia e Irlanda) e as taxas de rolagem de suas dívidas fruto de uma maior credibilidade frente aos investidores globais.

Por outro lado, existem muitos riscos inerentes a essa estratégia. Esses cortes agravam fortemente os problemas hoje existentes nesses países, aumentando o desemprego e as tensões trabalhistas, e reduzem significativamente as taxas de crescimento no curto prazo. Em resumo, é uma solução dolorosa e de longo prazo.

Já os Estados Unidos, contando com um maior dinamismo de sua economia, partiu para a retomada dos estímulos econômicos, e dessa vez através de um afrouxamento quantitativo (“quantitative easing”).

Esse estímulo, anunciado em novembro de 2010, consiste na compra maciça de títulos públicos e privados norte-americanos de longo prazo, reduzindo suas taxas e resultando na depreciação do dólar frente às moedas globais.

A eficácia dessa estratégia está justamente no aumento de competitividade da economia norte-americana, mas que por outro lado atenua seu déficit fiscal e, por ser uma decisão inédita, pode resultar em efeitos colaterais tal como uma hiperinflação.

A atitude dos Estados Unidos em depreciar fortemente sua moeda foi tema bastante discutido em meados de 2010 (“Guerra Cambial”), e gerou certa represália por parte dos demais países, que para protegerem suas moedas, tomaram atitudes protecionistas tal como o aumento do IOF, por duas vezes, anunciado pelo Brasil.

Independentemente da “Guerra Cambial”, a situação dos países emergentes no ano de 2010 foi exatamente oposta em relação aos países desenvolvidos, com manutenção no ritmo de crescimento econômico e temores de inflação.

O ano de 2010 termina com uma tendência de novas elevações de taxas de juros nos países emergentes e conseqüentemente, de uma redução nas taxas de crescimento visualizadas nos anos de 2009 e 2010.

Cenário Interno:

O ano de 2010 foi mais um ano positivo para o Brasil:

- ▶ Houve uma continuação, ou até intensificação, das taxas de crescimento econômico, com o PIB devendo fechar o ano em torno de 8% de crescimento em relação a 2009;
- ▶ O desemprego atingiu o menor nível de sua história e o nível de confiança dos consumidores está em patamares bastante elevados;
- ▶ A taxa básica de juros se encontra em patamar historicamente baixo e a houve uma concessão de crédito abundante;
- ▶ O Real se valorizou frente à maioria das moedas globais.

PARA O PERÍODO DE 2011 A 2015:

Cenário Externo:

Para 2011 é esperada uma retomada no crescimento dos Estados Unidos, fruto da estratégia mais agressiva de crescimento, e de alguns países europeus, tal como a Alemanha.



Os países emergentes deverão manter ou reduzir levemente suas taxas de crescimento fruto de uma política monetária mais rígida para conter o avanço da inflação.

De uma maneira geral, o ano de 2011 deverá ser um ano positivo em termos de crescimento econômico, mas com temores de inflação em alguns países (principalmente emergentes). A situação de alguns países europeus ainda passará por novos capítulos, mas que não deverá afetar de forma contundente o cenário global.

Cenário Interno:

O Brasil começa 2011 com a economia bastante aquecida e com a expectativa de inflação bem acima da meta do Banco Central.

Sabemos que os aumentos de juros deverão ocorrer, porém a grande discussão é com relação a sua magnitude. Se por um lado, o conservadorismo sugere uma elevação nas taxas de juros em grande proporção, o ressurgimento do tema relacionado às questões fiscais pode resultar em apenas um pequeno ajuste nas taxas de juros.

A economia brasileira ainda esbarra na falta de investimento, principalmente em setores ligados à infraestrutura. O PIB potencial do Brasil ainda permanece estável e inferior à 5% ao ano de crescimento.

Com isso, a principal surpresa para o ano de 2011 seria um ajuste fiscal de grandes proporções em termos de qualidade das decisões, elevando a poupança interna e desacelerando a economia via controle de demanda agregada.

OBJETIVOS DA GESTÃO

PBD

O Plano de Benefício Definido (PBD) da TELOS é um plano maduro, já em fase de amortização, que busca pela sua gestão:

- ▶ Obter uma rentabilidade piso de IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas acrescido de 6% ao ano, embora a meta atuarial do plano seja 5% ao ano.
- ▶ Investir em ativos de baixo risco de crédito;
- ▶ Aplicar majoritariamente recursos em ativos líquidos de forma a garantir o pagamento dos benefícios previdenciários.

PCD

O Plano de Contribuição Definida (PCD) é um plano misto, desta forma, os objetivos de gestão dos recursos não são os mesmos para as reservas dos participantes ativos e assistidos que escolheram a modalidade de Saque Programado como benefício em relação às reservas dos participantes assistidos de Renda Vitalícia.

Na fase de capitalização e no Saque Programado, o participante pode alocar as suas reservas no segmento de renda fixa e de renda variável conforme a sua escolha, respeitando as restrições existentes. O segmento de renda fixa busca uma rentabilidade de 100% do CDI ou Inflação + 6% a.a. (esse último somente para a modalidade Saque Programado), com aplicações em títulos com baixo risco de crédito. O segmento de renda variável busca uma rentabilidade atrelada ao índice IBrX-50 da Bolsa de Valores de São Paulo.



A gestão das reservas dos participantes assistidos em renda vitalícia busca:

- ▶ Obter uma rentabilidade piso de IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas acrescido de 6% ao ano;
- ▶ Investir em ativos de baixo risco de crédito;
- ▶ Aplicar recursos em ativos líquidos de forma a garantir o pagamento dos benefícios previdenciários.
- ▶ Ajustar o fluxo de recebimento de contribuições acrescidas das receitas financeiras, com o pagamento dos proventos.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Renda fixa

De acordo com o cenário descrito anteriormente, o ano de 2011 começa com uma expectativa de elevação da taxa Selic por parte do Banco Central. Existem muitas incertezas sobre qual será a magnitude dos aumentos.

Porém, independente das prováveis elevações na taxa Selic, o que tem se visto é uma forte redução nas taxas de juros reais dos títulos indexados pela inflação.

Diante disso, continuaremos monitorando o mercado de títulos indexados por inflação na busca de operações que estejam alinhadas com os objetivos de rentabilidade do Plano.

Renda Variável

De acordo com o cenário de crescimento mundial, esperamos para 2011 uma valorização dos ativos de renda variável superior aos títulos de renda fixa.

No PBD mantivemos os limites de alocação para o segmento, e propomos a substituição dos investimentos em ativos de pouca liquidez e baixa governança corporativa por uma carteira de ações mais líquida e transparente.

Investimentos Estruturados

Para o ano de 2011, continuaremos buscando oportunidades de investimento que proporcionem uma boa relação de retorno e risco para o Plano.

Acreditamos que esse segmento abriga boas oportunidades, e avaliaremos ao longo desse ano aqueles ativos que melhor nos auxiliem na busca dos objetivos do Plano.

Investimentos no Exterior

Mesmo acreditando que a queda da taxa de juros reais no Brasil é um processo duradouro e consistente, acreditamos que ainda existam outras oportunidades de investimentos que auxiliem a TELOS a superar sua meta atuarial.

Diante disso, continuamos sem propostas de alocação para o segmento.

Imóveis

No PCD não são previstos investimentos nesse segmento. O ambiente de taxa de juros baixa e o aquecimento da economia devem beneficiar o setor, que com retornos atrativos e menor risco em relação à meta atuarial da Fundação faz com que a TELOS mantenha o limite de alocação do ano anterior para o segmento de imóveis.

Operações com Participantes

Manteremos a revisão constante da concessão de empréstimos e financiamentos, à luz da meta atuarial da Fundação.

LIMITES DE ALOCAÇÃO POR SEGMENTO:

A Tabela a seguir mostra a alocação de recursos mínima e máxima para cada segmento em 2011 e ainda considera um alvo objetivando a gestão dos recursos

SEGMENTO	P B D			P C D		
	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	65%	100%	80%	70%	100%	90%
Renda Variável	0%	25%	13%	0%	18%	7,5%
Imóveis	0%	7%	4,5%	0%	0%	0%
Investimentos Estruturados	0%	13%	6,5%	0%	3%	1,5%
Empréstimos e Financiamentos	0%	3%	2%	0%	4%	3%

SEGMENTO	PGA			AMAP		
	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	100%	100%

DIVERSIFICAÇÃO

Renda Fixa

Com relação aos limites de alocação por emissor, manteremos aqueles presentes na Resolução CMN 3.792, que estão descritos a seguir:

EMISSOR	LIMITE
Tesouro Nacional	100%
Instituição Financeira	20%
Tesouro Estadual ou Municipal	10%
Companhia Aberta ou Assemelhada	10%
Organismo Multilateral	10%
Companhia Securitizadora	10%
Patrocinador	10%
Fundos de Índice e Cotas de Fundos	10%
SPE	10%
FIDC /FICFIDC	10%
FIP, FIC-FIP, FIEE, FII, Fundo Multimercado	10%
Outros Emissores (PF / PJ)	5%

Renda Variável

Com relação aos limites de alocação por segmento de renda variável, manteremos os previstos na Resolução CMN 3.792:

- ▶ Até 70% em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&F/Bovespa;



- ▶ Até 60% em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 2 da BM&F/Bovespa;
- ▶ Até 50% em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais da BM&F/Bovespa;
- ▶ Até 45% em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 1 da BM&F/Bovespa;
- ▶ Até 35% por cento em ações de emissão de companhias abertas não mencionadas nos itens I a IV, bem como em cotas de fundos de índice referenciados em ações admitidas à negociação em bolsa de valores;
- ▶ Até 20% em títulos e valores mobiliários de emissão de SPE;
- ▶ Até 3% nos demais investimentos classificados no segmento de renda variável.

Demais limites

Para as demais classes de ativos, manteremos os limites de alocação previstos na Resolução CMN 3.792:

- ▶ Os investimentos classificados no segmento de investimentos estruturados devem observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até vinte por cento, observados adicionalmente os seguintes limites:
 - Até dez por cento em cotas de fundos de investimento imobiliário;
 - Até dez por cento em cotas de fundos de investimento e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado.
- ▶ Os investimentos classificados no segmento de imóveis devem observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até oito por cento.

- ▶ Os investimentos no segmento de operações com participantes devem observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano de benefícios, o limite de até quinze por cento.

OPERAÇÕES

Para a realização de operações de compra e venda de ativos de renda fixa e renda variável, a TELOS dispõe de um ranking de corretoras, que é atualizado anualmente e privilegia as instituições líderes de mercados, sólidas e com um bom relacionamento com a Fundação.

Nesse processo de seleção de corretoras são inseridos questionários com perguntas eliminatórias, processo de due-diligence e avaliação de critérios subjetivos.

Para a execução de operações no mercado de renda fixa, seguindo orientação da Secretaria de Previdência Complementar, damos preferência as Plataformas Eletrônicas de Negociação ao mercado de balcão.

A seleção da corretora a ser utilizada para a execução de uma operação leva em consideração o menor custo financeiro para a Fundação.

GESTÃO TERCEIRIZADA

O processo de contratação de gestores das carteiras de renda fixa e renda variável é dividido em cinco etapas, descritas a seguir:

- ▶ **Pré-Seleção** - As empresas gestoras a serem consideradas para o processo deverão possuir um volume mínimo de recursos sob gestão. Este limite mínimo aplica-se igualmente a gestores ligados ou não a instituições financeiras.



▶ **Análise Comparativa de Desempenho dos Gestores** - Para a análise do desempenho, os gestores serão separados em dois grupos: gestores que já administram recursos da TELOS e gestores que não administram recursos da TELOS.

No primeiro grupo, será comparada a qualidade dos gestores com base na amostra de fundos da TELOS. A comparação entre gestores é feita através de ferramentas quantitativas que analisam os históricos de rentabilidade e risco, levando em conta os regulamentos e os perfis dos fundos.

No segundo caso, a análise de desempenho será realizada através da comparação de vários indicadores com um grande grupo de fundos no mercado:

- ▶ **Análise dos Custos Envolvidos** - Nesta etapa serão analisados os custos de administração e gestão propostos por cada instituição selecionada.
- ▶ **Processo de Due-Diligence** - Nesta etapa obtemos informações detalhadas sobre a empresa gestora de recursos, incluindo os aspectos técnicos, operacionais e gerenciais relevantes, e a qualidade de atendimento ao cliente.
- ▶ **CrITÉrios Qualitativos** - Esta última etapa da análise consolida os resultados apurados nas etapas anteriores, indicando quais gestores têm estrutura operacional, técnica, gerencial e de suporte ao cliente adequada, segundo os parâmetros definidos pela equipe da TELOS.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A TELOS realiza internamente o gerenciamento dos riscos do plano. Esse controle é dividido da seguinte forma:

- ▶ **Análise do Risco de Mercado e de Liquidez** - Medidas de monitoramento de risco, tal como o VaR para a renda fixa e o Tracking-Error para a renda variável;

▶ **Análise do Risco de Crédito e de Liquidez** - Realizamos o monitoramento dos limites internos e legais, assim como a classificação de risco (baixo e médio/alto risco de crédito) dos ativos;

▶ **Análise das Operações com Derivativos** - Realizamos acompanhamentos diários de forma a não ultrapassar os limites internos e legais.

▶ **Análise de Risco Sistêmico** - Monitoramento constante dos indicadores internos e externos e acompanhamento detalhado dos principais acontecimentos globais.

▶ **Análise de Risco Operacional e Legal** - Manutenção do constante treinamento de seus funcionários, mapeamento de riscos e a adoção de medidas que resultem em mais segurança e transparência para a Fundação. Tais atividades resultaram na inclusão do Processo de Gestão de Investimentos no Sistema de Qualidade da TELOS no final de 2009.

A TELOS, por possuir um passivo de longo prazo de maturação, não necessita manter 100% de seus investimentos em ativos que tenham liquidez, porém devemos provê-la ao longo do tempo de forma a cumprir nossos compromissos atuariais.

Para tal monitoramento, chamado de ALM (Asset Liability Management), a TELOS realiza simulações com diferentes cenários de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com o participante de forma a avaliar a solvência do plano, e de auxiliar na gestão ao apontar os volumes ótimos de vencimentos para a carteira do plano.

DERIVATIVOS

A TELOS mantém o acompanhamento diário das operações que envolvem derivativos, de forma que não excedam os limites estabelecidos pela Resolução CMN 3792.



Além da análise legal, também é realizada a análise técnica das operações, sempre avaliando os riscos e as registrando em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros.

APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

O apreçamento dos ativos da TELOS, mantidos em carteira própria, é realizado pelo nosso custodiante e controlador, seguindo as regras presentes no manual de precificação de ativos aprovado pela própria Fundação.

Com relação aos ativos presentes em fundos de investimentos terceirizados, o apreçamento é realizado por instituição indicada ou aprovada pela TELOS.

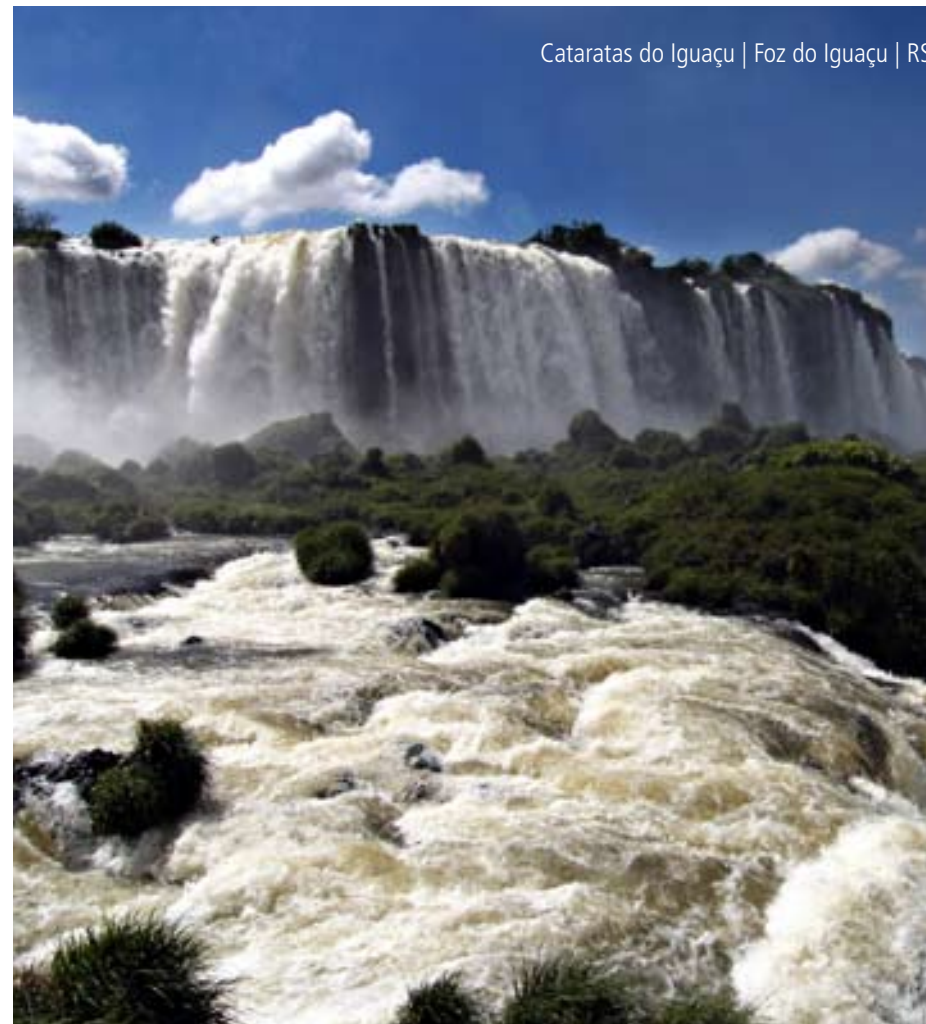
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A TELOS é aderente aos princípios de responsabilidade socioambiental, prezando pelo respeito ao meio ambiente, convívio social e boas práticas de governança.

Mantemos padrões de responsabilidade e transparência dos investimentos de forma a atender os interesses dos nossos participantes e patrocinadores.

COMUNICAÇÃO COM O PARTICIPANTE

A TELOS também disponibilizará em seu site institucional, além das informações mínimas exigidas pela Secretaria de Previdência Complementar, toda a Política de Investimentos para 2011-2015.





EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

Em 2010, atendendo a solicitação dos Participantes, a TELOS realizou uma importante alteração nas regras de concessão de empréstimos. A Fundação eliminou, em junho, o calendário fixo para recebimento do crédito. Com esta medida, os Participantes passaram a programar a data de crédito de sua preferência, respeitando o prazo mínimo de três dias úteis, e com a taxa de antecipação correspondendo a zero.

Durante o período de 01/2010 até 12/2010 foram concedidos mais de três mil empréstimos, a saber:

Empréstimos Concedidos em 2010

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	RS (MIL)
Empréstimo Simples - PBD	842	5.008
Empréstimo Simples - PCD	2.415	15.309
Empréstimo Simples - Total	3.257	20.317

Carteira de Empréstimo em 31/12/2010

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	RS (MIL)
Empréstimo Simples - PBD	1.145	12.364
Empréstimo Simples - PCD	2.815	30.316
Empréstimo Simples - Total	3.960	42.680



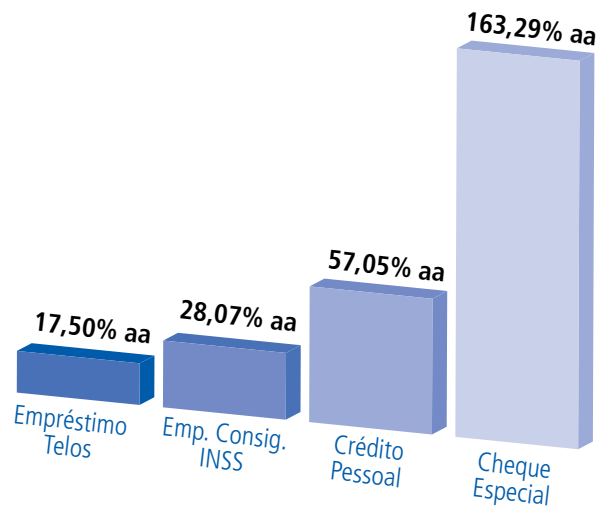


Taxas Atrativas

A carteira de empréstimo da Fundação continua conciliando um retorno financeiro exigido pelos planos de Benefícios com taxas atrativas para os Participantes.

No gráfico é possível visualizar o efetivo cumprimento da meta de manter a taxa de juros do empréstimo inferior à média do mercado. Na comparação verificamos que mesmo a taxa anual do empréstimo consignado do INSS (a menor de todas) ficou onze p.p. acima da praticada pela TELOS.

▶ OPERAÇÕES DE CRÉDITO - TAXA ANUAL





GESTÃO ADMINISTRATIVA

São Paulo | SP

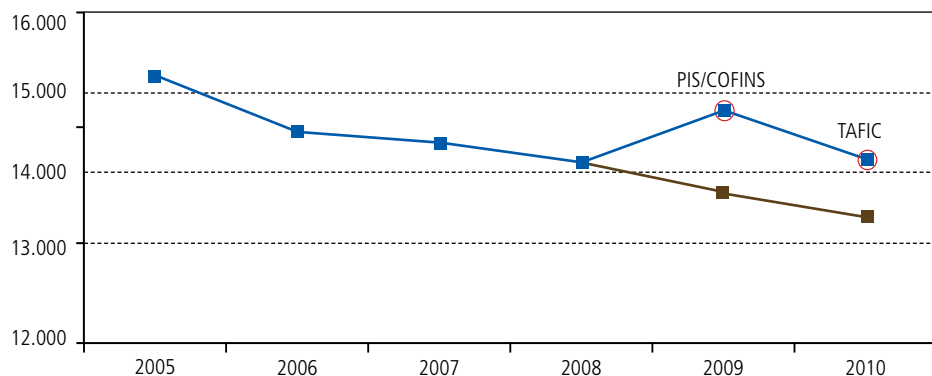
CONSIDERANDO o IPCA acumulado de 5,91% em 2010 e desconsiderando as despesas extraordinárias de PIS/COFINS em 2009 e da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC em 2010, as despesas administrativas da TELOS tiveram uma redução real de 2,55% em relação às despesas de 2009. As despesas com atividades de administração dos investimentos totalizaram, em 2010, R\$ 9.475 mil, representando cerca de 0,21% do total do patrimônio investido da Fundação. Do valor despendido, R\$ 6.479 mil correspondem às despesas internas da TELOS e, R\$ 2.996 mil são referentes às despesas com a administração dos recursos.

Custos da Administração de Recursos

TIPO	(R\$ Mil)			TOTAL	% SOBRE TOTAL TERCEIRIZADO
	PBD	PCD	ASSITENCIAL/PGA		
Administração Interna	2.631	3.794	54	6.479	68,38%
Administração e Gestão Externa	517	2.463	16	2.996	31,62%
Administração Externa	232	1.284	4	1.520	16,04%
Bm&Fbovespa (Corret./ Perm.)	22	332	2	356	3,76%
Taxa Fiscalização Cvm	46	203	3	252	2,66%
Taxa de Performance	0	219	0	219	2,31%
Custódia	45	169	1	216	2,28%
Selic	64	91	2	157	1,66%
Taxa Cetip	38	98	2	138	1,46%
Auditoria	19	37	0	56	0,59%
Desp. Jurídicas	40	0	0	40	0,43%
Taxa Anbima	2	21	0	23	0,24%
Outras Despesas	10	8	1	18	0,19%
TOTAL	3.148	6.257	70	9.475	100,00%

▶ DESPESAS ADMINISTRATIVAS

(R\$ Mil)



Base de preço: valores médios de 2010

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Composição do Patrimônio Administrado pela TELOS

O ano de 2010 foi positivo para o Brasil. Algumas das principais evidências desse momento foram a aceleração do crescimento econômico em relação ao ano de 2009, a apreciação do real frente às principais moedas e o desemprego atingindo o menor patamar da história. Todavia, todo esse otimismo deve ser acompanhado de uma elevação da taxa básica de juros, o que pode resultar em oportunidades de investimentos.

Com uma gestão sólida e de longo prazo, a meta estratégica da Fundação mostrou-se eficiente no ano passado privilegiando a segurança e a liquidez.

O resultado significativo dessa meta é verificado no desempenho dos investimentos, os quais representaram uma receita de R\$ 650.294 mil, sendo R\$ 329.300 mil do PBD, R\$ 316.848 mil do PCD e R\$ 4.146 mil da Gestão Administrativa. Este resultado representa uma rentabilidade global de 20,56% no PBD, 13,59% no PCD e 12,4% Gestão Administrativa.

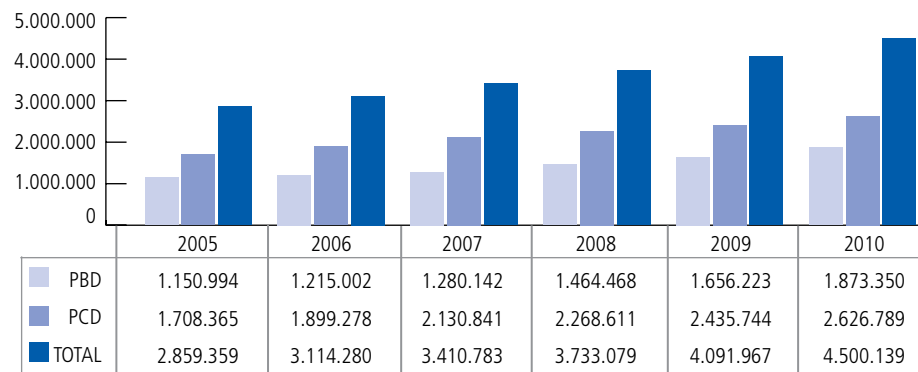
Adicionalmente, em 2010 registramos superávit no Plano de Benefício Definido (PBD) de R\$98.721 mil e no Plano de Contribuição Definida (PCD) de R\$ 630,6 mil, estando este último deduzido de parcela de R\$ 27.000 mil, destinada à constituição de provisão financeira para uma futura revisão da taxa de juros, o que tornará o Plano ainda mais seguro. Tal ação foi aprovada pelo Conselho e estão em vigor desde dezembro.

Com esse compromisso a Telos mantém sua política de buscar retornos constantes, respeitando limites toleráveis de risco e preservando o aspecto financeiro e atuarial ao longo do tempo.

No gráfico ao lado apresentamos o aumento do Patrimônio:

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

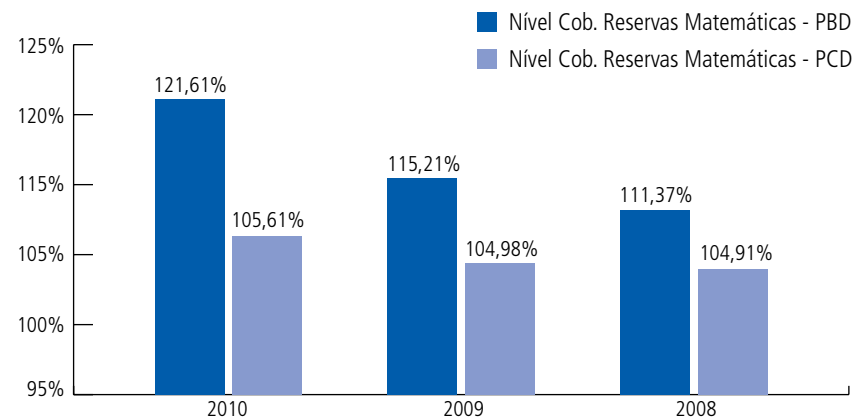
(R\$ Mil)



Para fins de comparação entre os dois últimos anos, os dados de 2009 foram adaptados à nova estrutura contábil, considerando a parcela equivalente da gestão administrativa.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

O Nível de Cobertura das Provisões Matemáticas demonstra a solidez dos Planos.



Demonstrações Contábeis Consolidadas

▶ BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009)

Valores em R\$ (Mil)

ATIVO	2010	2009
Disponível	<u>283</u>	<u>311</u>
Realizável		
Gestão Previdencial	69.271	75.252
Gestão Administrativa	1.400	1.239
Investimentos		
Créditos Privados e Depósitos	30.930	27.784
Ações	147.064	117.077
Fundos de Investimentos	4.222.039	3.823.759
Investimentos Imobiliários	62.370	50.058
Empréstimos	43.397	41.061
Financiamentos Imobiliários	8.540	9.815
	<u>4.585.011</u>	<u>4.146.045</u>
Permanente		
Imobilizado	<u>510</u>	<u>594</u>
Gestão Assistencial	<u>2.477</u>	<u>2.323</u>
Total do Ativo	<u>4.588.281</u>	<u>4.149.273</u>

PASSIVO	2010	2009
Exigível Operacional		
Gestão Previdencial	5.718	4.863
Gestão Administrativa	3.166	3.127
Investimentos	38	19
	<u>8.922</u>	<u>8.011</u>
Exigível Contingencial		
Gestão Previdencial	68.647	39.981
Gestão Administrativa	3.304	2.484
Investimentos	4.792	4.507
	<u>76.743</u>	<u>46.972</u>
Patrimônio Social		
Patrimônio de Cobertura do Plano		
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	2.902.261	2.659.224
Benefícios a Conceder	1.125.485	1.068.462
	<u>4.027.747</u>	<u>3.727.686</u>
Equilíbrio Técnico		
Resultados Realizados		
Superávit Técnico Acumulado	377.993	278.641
	<u>4.405.740</u>	<u>4.006.327</u>
Fundos		
Fundos Previdenciais	62.907	52.352
Fundos Administrativos	31.112	33.011
Fundos dos Investimentos	380	277
	<u>94.399</u>	<u>85.640</u>
	<u>4.500.139</u>	<u>4.091.967</u>
Gestão Assistencial	<u>2.477</u>	<u>2.323</u>
Total do Passivo	<u>4.588.281</u>	<u>4.149.273</u>

▶ **DEMONSTRAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD (Exercícios findos em 31 de dezembro)**

Valores em R\$ (Mil)

	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	1.889.850	1.671.641	13,1
Disponível	29	54	(46,3)
Recebível	24.299	24.954	(2,6)
Investimento	1.865.522	1.646.633	13,3
Créditos Privados e Depósitos	30.930	27.784	11,3
Ações	147.064	117.077	25,6
Fundos de Investimento	1.611.704	1.438.222	12,1
Investimentos Imobiliários	62.370	50.058	24,6
Empréstimos	12.375	12.425	(0,4)
Financiamentos Imobiliários	1.079	1.068	1,0
2. Obrigações	16.500	15.418	7,0
Operacional	2.574	2.373	8,5
Contingencial	13.926	13.045	6,8
3. Fundos não Previdenciais	15.731	15.979	(1,6)
Fundos Administrativos	15.656	15.923	(1,7)
Fundos dos Investimentos	75	56	33,9
5. Ativos Líquidos (1-2-3)	1.857.619	1.640.244	13,3
Provisões Matemáticas	1.540.515	1.423.692	8,2
Superávit Técnico	306.370	207.649	47,5
Fundos Previdenciais	10.734	8.903	20,6

▶ **DEMONSTRAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - PCD (Exercícios findos em 31 de dezembro)**

Valores em R\$ (Mil)

	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	2.690.154	2.470.175	8,9
Disponível	222	243	(8,6)
Recebível	76.084	83.309	(8,7)
Investimento	2.613.848	2.386.623	9,5
Fundos de Investimento	2.575.362	2.349.239	9,6
Empréstimos	31.024	28.637	8,3
Financiamentos Imobiliários	7.462	8.747	(14,7)
2. Obrigações	63.365	34.431	84,0
Operacional	3.852	2.987	29,0
Contingencial	59.513	31.444	89,3
3. Fundos não Previdenciais	15.761	17.309	(8,9)
Fundos Administrativos	15.456	17.088	(9,6)
Fundos dos Investimentos	305	221	38,0
5. Ativos Líquidos (1-2-3)	2.611.028	2.418.435	8,0
Provisões Matemáticas	2.487.232	2.303.994	8,0
Superávit Técnico	71.623	70.992	0,9
Fundos Previdenciais	52.173	43.449	20,1

▶ DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS CONSOLIDADAS

(em R\$ MIL exceto quando indicado de outra forma)

(Exercícios findos em 31 de dezembro)	2010	2009	VARIÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	4.058.679	3.732.824	8,7
1. Adições	754.996	687.630	9,8
Contribuições Previdenciais	72.332	72.319	0,0
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	646.149	565.819	14,2
Receitas Administrativas	8.068	24.767	(67,4)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	4.146	1.973	110,1
Reversão de Fundos - Gestão Administrativa	1.899		
Receitas Assistenciais	22.402	22.752	(1,5)
2. Destinações	(345.028)	(361.775)	(4,6)
Benefícios	(278.321)	(290.584)	(4,2)
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(30.192)	(21.699)	39,1
Despesas Administrativas	(13.096)	(11.694)	12,0
Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(1.017)	(1.692)	(39,9)
Constituição de Fundos - Gestão Administrativa		(13.354)	(100,0)
Despesas Assistenciais	(22.402)	(22.752)	(1,5)
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	409.968	325.855	25,8
Provisões Matemáticas	300.061	250.380	19,8
Fundos Previdenciais	10.555	(6.047)	(274,5)
Superávit Técnico do Exercício	99.352	81.522	21,9
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	4.468.647	4.058.679	10,1
C) Fundos não Previdenciais	31.492	33.288	(5,4)
Fundos Administrativos	31.112	33.011	(5,8)
Fundos dos Investimentos	380	277	37,2



▶ **DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS - PBD**
(Exercícios findos em 31 de dezembro)

(em R\$ MIL exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	<u>1.640.244</u>	<u>1.464.416</u>	<u>12,0</u>
1. Adições	<u>340.057</u>	<u>301.794</u>	<u>12,7</u>
Contribuições	10.757	10.835	(0,7)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	329.300	290.959	(13,2)
2. Destinações	<u>(122.682)</u>	<u>(125.966)</u>	<u>(2,6)</u>
Benefícios	(120.890)	(121.280)	(0,3)
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.792)	(4.686)	(61,8)
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>217.375</u>	<u>175.828</u>	<u>23,6</u>
Provisões Matemáticas	116.822	108.743	7,4
Fundos Previdenciais	1.831	1.529	19,8
Superávit Técnico do Exercício	98.722	65.556	50,6
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	<u>1.857.619</u>	<u>1.640.244</u>	<u>13,3</u>
C) Fundos não Previdenciais	<u>15.731</u>	<u>15.979</u>	<u>(1,6)</u>
Fundos Administrativos	15.656	15.923	(1,7)
Fundos dos Investimentos	75	56	33,9

▶ **DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PCD**
(Exercícios findos em 31 de dezembro)

(em R\$ MIL exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	<u>2.418.435</u>	<u>2.268.408</u>	<u>6,6</u>
1. Adições	<u>378.424</u>	<u>336.344</u>	<u>12,5</u>
Contribuições	61.576	61.484	0,1
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	316.848	274.860	15,3
2. Destinações	<u>(185.831)</u>	<u>(186.317)</u>	<u>(0,3)</u>
Benefícios	(157.431)	(169.304)	(7,0)
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(28.400)	(17.013)	66,9
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>192.593</u>	<u>150.027</u>	<u>28,4</u>
Provisões Matemáticas	183.239	141.636	29,4
Fundos Previdenciais	8.724	(7.575)	(215,2)
Superávit Técnico do Exercício	630	15.966	(96,1)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	<u>2.611.028</u>	<u>2.418.435</u>	<u>8,0</u>
C) Fundos não Previdenciais	<u>15.761</u>	<u>17.309</u>	<u>(8,9)</u>
Fundos Administrativos	15.456	17.088	(9,6)
Fundos dos Investimentos	305	221	38,0

▶ **DEMONSTRAÇÕES DOS PLANOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADAS** (Exercícios findos em 31 de dezembro)

(em R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	33.011	19.657	67,9
1. Custeio da Gestão Administrativa	12.214	26.740	(54,3)
1.1. Receitas	12.214	26.740	(54,3)
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.105	5.644	8,2
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	372	384	(3,1)
Receitas Diretas	531	17.763	(97,0)
Resultado Positivo dos Investimentos	4.146	1.973	110,1
Reembolso da Gestão Assistencial	1.047	976	7,3
Outras Receitas	13		
2. Despesas Administrativas	14.113	13.386	5,4
2.1. Administração Previdencial	6.319	6.110	3,4
Pessoal e encargos	3.098	2.729	13,5
Treinamentos/congressos e seminários	10	20	(50,0)
Viagens e estadias	31	31	
Serviços de terceiros	1.390	1.003	38,6
Despesas gerais	661	526	25,7
Depreciações e amortizações	112	109	2,8
Contingências	1.017	1.692	(39,9)

continuação da tabela

2.2. Administração dos Investimentos	6.479	6.029	7,5
Pessoal e encargos	4.414	3.903	13,1
Treinamentos/congressos e seminários	13	26	(50,0)
Viagens e estadias	39	39	
Serviços de terceiros	1.068	1.149	(7,0)
Despesas gerais	803	774	3,7
Depreciações e amortizações	142	138	2,9
2.3. Administração Assistencial	1.046	975	7,3
2.4. Outras Despesas	269	272	(1,1)
4. Sobre (Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2)	(1.899)	13.354	(114,2)
5. Constituição (Reversão) do Fundo Administrativo (4)	(1.899)	13.354	(114,2)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	31.112	33.011	(5,8)



▶ **DEMONSTRAÇÕES DOS PLANOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
POR PLANOS DE BENEFÍCIOS (Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010)**

(em R\$ MIL)

	PBD 31/12/2010	PCD 31/12/2010
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	15.923	17.088
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.022	6.092
1.1. Receitas	5.022	6.092
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.527	3.526
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	104	268
Receitas Diretas	299	244
Resultado Positivo dos Investimentos	2.086	2.049
Outras Receitas	6	5
2. Despesas Administrativas	5.289	7.724
2.1. Administração Previdencial	2.510	3.809
2.1.1 Despesas Comuns	2.448	2.652
2.1.2 Despesas Específicas	61	1.157
Viagens e estadias	1	14
Despesas gerais	60	120
Contingências		1.023
2.2. Administração dos Investimentos	2.631	3.794
2.2.1 Despesas Comuns	2.569	3.656
2.2.2 Despesas Específicas	62	138
Viagens e estadias	2	18
Despesas gerais	60	120

continuação da tabela

2.3. Outras Despesas	148	121
4. Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(267)	(1.632)
5. Reversão do Fundo Administrativo (4)	(267)	(1.632)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	15.656	15.456

▶ **DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIO - PBD**
(Exercícios findos em 31 de dezembro)

(em R\$ MIL)

	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	1.846.885	1.631.341	13,2%
1. Provisões Matemáticas	1.540.515	1.423.692	8,2%
1.1. Benefícios Concedidos	1.537.875	1.421.619	8,2%
Benefício Definido	1.537.875	1.421.619	8,2%
1.2. Benefício a Conceder	2.640	2.073	27,4%
Benefício Definido	2.640	2.073	27,4%
2. Equilíbrio Técnico	306.370	207.649	47,5%
2.1. Resultados Realizados	306.370	207.649	47,5%
Superávit técnico acumulado	306.370	207.649	47,5%
Reserva de contingência	306.370	207.649	47,5%

▶ **DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIO - PCD**
(Exercícios findos em 31 de dezembro)

(em R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	2.558.855	2.374.986	7,7%
1. Provisões Matemáticas	2.487.232	2.303.994	8,0%
1.1. Benefícios Concedidos	1.364.387	1.237.604	10,2%
Contribuição Definida	429.900	400.132	7,4%
Benefício Definido	934.487	837.472	11,6%
1.2. Benefício a Conceder	1.122.845	1.066.390	5,3%
Contribuição Definida	1.122.845	1.066.390	5,3%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	467.552	445.675	4,9%
Saldo de contas - parcela participantes	655.293	620.715	5,6%
2. Equilíbrio Técnico	71.623	70.992	0,9%
2.1. Resultados Realizados	71.623	70.992	0,9%
Superávit técnico acumulado	71.623	70.992	0,9%
Reserva de contingência	71.623	70.992	0,9%

DEMAIS DOCUMENTOS

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar | Ouro Preto | MG





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado).

1. Contexto operacional

A TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social (“TELOS”, “Fundação” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, instituída em 1º de agosto de 1975 pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (Embratel), por prazo indeterminado, obedecendo às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social por intermédio, respectivamente, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) até dezembro de 2009 e posteriormente pela Secretaria de Política de Previdência Complementar (SPPC) e às Resoluções específicas do Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 23 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.154 criou a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autarquia responsável pela fiscalização e supervisão das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de Previdência Complementar. As competências atribuídas a SPC ficam automaticamente transferidas para PREVIC.

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar passou a denominar-se Conselho Nacional de Previdência Complementar, que exercerá a função de órgão regulador do Regime de Previdência Complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.

As legislações publicadas pela SPC e CGPC continuam vigentes.

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a Fundação não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda a título de lucro ou participação no resultado,

aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais.

A TELOS é uma Entidade Multipatrocinada e Multiplano, sendo patrocinada pelas seguintes empresas:

- ▶ Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- Embratel
- ▶ Star One S.A.
- ▶ Primesys Soluções Empresariais S.A.
- ▶ Tv Sat Telecomunicações LTDA.
- ▶ Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a TELOS tem por finalidade instituir, administrar e executar planos privados de concessão de benefícios de natureza previdenciária, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social para os empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores.

A partir da Lei 109/01 as entidades fechadas de previdência complementar que já prestassem serviços assistenciais à saúde a seus participantes e assistidos poderiam continuar a fazê-lo, desta forma a TELOS manteve a administração do Plano de Assistência Médica Para Aposentados e Pensionistas - AMAP destinado aos assistidos do Plano de Benefício Definido, assim como seus dependentes e pensionistas, na forma prevista no seu regulamento.

Atualmente, a Fundação possui dois tipos de planos previdenciais:

- (i) Plano de Benefício Definido (PBD) - consiste em um plano complementar à Previdência Social, cujo valor dos benefícios é previamente definido no texto regulamentar; e



(ii) Plano de Contribuição Definida (PCD) - é um plano constituído na modalidade de contribuição variável, de concessão de rendas, cujo valor dos benefícios é calculado, principalmente, em função do montante acumulado das contribuições de participantes e patrocinadores e os resultados dos investimentos destas contribuições.

Os recursos de que a Fundação dispõe para o seu funcionamento são representados por contribuições de seus patrocinadores, dos participantes e assistidos, exceto pensionistas do PBD, e dos rendimentos resultantes das aplicações destes recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução BACEN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009 alterada pela Resolução BACEN 3.846 de 25 de março de 2010.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas são de responsabilidade da Administração da TELOS e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) e pela SPC, do Ministério da Previdência Social (MPS).

Em 1º de janeiro de 2010, entrou em vigor a Resolução nº 28 de 26 de janeiro de 2009 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar, alterada pela Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Previdência Complementar em 3 de março de 2011, a Instrução Normativa nº 34, de 24 de setembro de 2009 da Secretaria de Previdência Complementar, e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 que aprova a NBC TE 11, que dispõem sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar. A Resolução nº 28 de 26 de janeiro de 2009 do CGPC, alterada pela Resolução nº 1 do Conselho

Nacional de Previdência Complementar em 3 de março de 2011, estabeleceu a partir do exercício de 2010, nova planificação contábil, modelos das demonstrações contábeis e instituiu alterações nas normas gerais dos procedimentos contábeis.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas pela Fundação para elaboração das demonstrações contábeis foram as seguintes:

A) RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, excetuando-se as receitas de contribuições dos autopatrocinados do PCD, que são registradas pelo regime de caixa.

B) GESTÃO PREVIDENCIAL - REALIZÁVEL

Representado, substancialmente, por contas a receber do patrocinador Embratel (vide Nota Explicativa nº 4), atualizada até a data do balanço pelos índices fixados em contrato.

C) INVESTIMENTOS

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

Conforme determinação da Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, quando a Administração julga necessário é constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrados líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.



Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos

As operações com créditos privados e depósitos e aos fundos de Investimentos, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Fundação, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até a data do vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Fundos de investimento

As aplicações em fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, atualizado pela variação nos valores das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos.

Valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

▶ Títulos públicos

Pré-fixados: Pelo método de fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto utilizadas são projeções de taxas de juros/swap divulgadas pela BM&F/ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capital.

Pós-fixados: As Letras Financeiras do Tesouro - LFT são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para os demais títulos, é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA).

▶ Títulos privados

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA).

Ações

O segmento de Ações está representado por ações de companhias abertas e da patrocinadora principal, avaliadas pelo valor de mercado, considerada a cotação de fechamento da BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na bolsa de valores. As ações que não são negociadas em bolsa de valores são avaliadas pelo preço de custo ou valor patrimonial, dos dois o menor.

Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção, ajustado por reavaliação no mínimo a cada três anos, como determina a Instrução SPC nº 34, de 24 de



setembro de 2009, sendo os efeitos das reavaliações computados diretamente no resultado do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no laudo de reavaliação, e sua contrapartida é lançada em rendas/ variações negativas.

Empréstimos e financiamentos

Referem-se as operações com participantes e assistidos, e estão demonstrados pelo valor do principal mais atualização pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) + 7% ao ano, incorridos até a data do balanço. Nos financiamentos imobiliários, caso o participante deixe de ser contribuinte, os juros passam a ser de 12% ao ano. A Fundação possui contratos antigos em que os indexadores são a TR + 1% ao mês e INPC + 1% ao ano, mas atualmente sem concessões.

A Fundação constitui provisão referente a direitos creditórios de liquidação duvidosa de acordo com o item 11 do Anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

D) PERMANENTE - IMOBILIZADO

Representa os bens necessários ao funcionamento da Fundação e está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada linearmente a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

E) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O exigível contingencial é registrado pelo montante de perda considerada provável, de acordo com informações obtidas dos assessores jurídicos, observada a sua natureza e atualizado até a data do balanço.

F) PATRIMÔNIO SOCIAL

Patrimônio de Cobertura do Plano

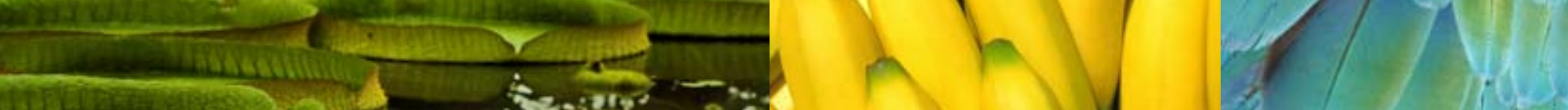
As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas pelo atuário interno e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos do PBD representam o valor atual dos compromissos líquidos futuros com o pagamento dos benefícios aos participantes já assistidos e seus beneficiários.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos do PCD estão representadas por: (i) o valor atual dos compromissos líquidos futuros com o pagamento dos benefícios aos participantes já assistidos em renda mensal vitalícia e seus beneficiários; e (ii) pelo saldo de conta de saque programado para os participantes assistidos com benefício nesta modalidade.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do PBD representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores e por estes participantes.

No caso do PCD, as provisões matemáticas de benefícios a conceder representam os saldos das contas totais dos participantes ainda não assistidos, acrescidos do total do saldo de conta de contribuições destinadas ao financiamento do saldo de conta projetada para os casos de incapacidade ou morte em atividade ou, ainda, do resíduo do saldo de conta que estiver sendo pago na forma de resgate parcelado.



No Equilíbrio Técnico, estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios previdenciais. Até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas, tal valor é registrado como “reserva de contingência”.

Fundos

Os fundos previdenciais podem ser utilizados para cobrir eventuais desvios na ocorrência de variações nas estimativas previstas no plano de custeio.

Já o fundo administrativo é constituído/revertido pelo resultado positivo/negativo encontrado na apuração das receitas e despesas do Plano de Gestão Administrativa.

O fundo do programa de investimentos é constituído com recursos de cobertura de riscos de empréstimos e financiamentos imobiliários a participantes, assistidos e autopatrocinados.

G) GESTÃO ASSISTENCIAL

São registrados os recursos referentes aos serviços assistenciais à saúde, de forma segregada dos recursos dos demais planos de benefícios administrados pela TELOS, e seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde - ANS.

H) DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

I) USO DE ESTIMATIVAS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas

contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

4. Gestão previdencial

A gestão previdencial tem por objetivo registrar os valores referentes aos planos de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Até 31 de dezembro de 1998, a TELOS oferecia somente o PBD, adotando o regime de capitalização em suas avaliações atuariais e na determinação das provisões matemáticas.

Em novembro de 1998, a TELOS efetivou a reformulação de seu estatuto e criou o PCD, o qual foi aprovado pela SPC por meio do Ofício nº 837/SPC/CGOF/COJ. Até 31 de dezembro de 1998, os participantes puderam migrar do PBD para o PCD, e, a partir de 1º de janeiro de 1999, as inscrições de novos participantes passaram a ser realizadas somente no âmbito do PCD.

Taxas do PBD

As taxas de contribuição praticadas pelo PBD, de acordo com o seu plano de custeio, considerando a suspensão da cobrança das contribuições para cobertura das despesas administrativas do plano durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram as seguintes:

		%
Patrocinadores	P	17,82
Participantes ativos	P1	2,70
Participantes ativos	P2	1,80
Participantes ativos	P3	14,69
Participantes assistidos	PA	9,00



P - Percentual incidente sobre o total dos salários de participação dos participantes ativos.

P1 - Percentual incidente sobre o salário de participação.

P2 - Percentual incidente sobre o excesso do salário de participação em relação à metade do limite máximo do salário de contribuição para previdência social.

P3 - Percentual incidente sobre o excesso do salário de participação em relação ao limite máximo do salário de contribuição para previdência social.

PA - Percentual incidente sobre o benefício da TELOS.

Taxas do PCD

Nesse plano, o participante recolhe a sua contribuição normal, variável de 3% a 8% calculada sobre seu salário aplicável e, caso deseje incrementar o valor do benefício futuro, pode efetuar contribuições adicionais.

Já o patrocinador recolhe a contribuição normal, de valor igual ao da contribuição normal de cada participante, limitado a 8% do salário aplicável. O patrocinador é responsável, ainda, pelo custeio dos saldos de contas projetadas baseado em taxa avaliada atuarialmente e pela cobertura das despesas administrativas do plano, por meio do recolhimento de contribuições específicas para tal finalidade.

Valor a receber da Embratel

A TELOS assinou com a Embratel em 1º de setembro de 1999 o Termo de Reconhecimento, Confissão, Aceitação e Amortização de Insuficiência Atuarial no valor inicial de R\$362.891, com liquidação no prazo máximo de 20 anos. O termo de confissão de dívida foi aprovado pela SPC por meio do Ofício nº 596 - SPCGAB/CGAS/CGAR, apresentando essa conta em 31 de dezembro de 2010 o saldo de R\$51.266, reconhecido no PCD.

O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do PCD.

Os rendimentos relativos ao saldo devedor são pagos mensalmente pela Embratel e são calculados com base na taxa de valorização dos ativos do PBD.

O Termo de Reconhecimento, Confissão, Aceitação e Amortização de Insuficiência Atuarial garante que a valorização dos ativos do PBD não será inferior ao Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) + 6% ao ano. A diferença entre a valorização acumulada dos ativos do PBD e a variação acumulada do IGP-DI, quando negativa, é paga pela ocorrência dos eventos de aposentadoria, invalidez, falecimento, resgate ou portabilidade de recursos.

5. Gestão administrativa

Registra as operações administrativas inerentes às atividades da Fundação. Os recursos necessários à cobertura das despesas são os repassados pela Gestão previdencial, Fluxo de Investimentos e Gestão Assistencial.

O Patrimônio do Plano de Gestão Administrativa (PGA) é constituído pelas receitas e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo. O saldo é segregado por plano de benefício previdencial não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

A TELOS registra em contas contábeis específicas no Ativo e no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.



Por decisão do Conselho Deliberativo, foi suspensa desde 2005 a cobrança das contribuições para cobertura das despesas administrativas recolhidas diretamente nas taxas de patrocinadores, participantes ativos e assistidos e participantes em manutenção de inscrição de salário de participação.

6. Composição da carteira de investimentos

	2010	%	2009	%
Créditos privados e depósitos	30.930	0,7	27.784	0,7
Debêntures não conversíveis	30.930		27.784	
Ações	147.064	3,3	117.077	3,0
Companhias Abertas	133.019		104.414	
Patrocinados(es)	14.045		12.663	
Fundos de investimentos	4.222.039	93,4	3.823.759	93,9
Ações	191.201		188.545	
Multimercado	4.025.331		3.628.567	
Participações	2.945		3.030	
Imobiliário	2.562		3.617	
Investimentos imobiliários	62.370	1,4	50.058	1,2
Uso Próprio	2.896		1.271	
Locadas a Patrocinador(es)	15.163		15.543	
Locadas a Terceiros	2.178		995	
Rendas de Participação	42.133		32.249	
Empréstimos	43.397	1,0	41.061	1,0
Financiamentos imobiliários	8.540	0,2	9.815	0,2
Total dos Investimentos	4.514.340	100,0	4.069.555	100,0

A) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E AÇÕES

A totalidade dos investimentos em títulos públicos e privados em 31 de dezembro é efetuada substancialmente por meio de cotas de fundos de investimento exclusivos. Com exceção das Letras Financeiras do Tesouro Estadual e Municipal que são registradas em carteira própria.

Para fazer face a possíveis riscos de perda na realização dos títulos públicos relativos às Letras Financeiras do Tesouro Estadual e Municipal que estão vinculados a precatórios, a TELOS mantém provisão para perdas no valor de R\$ 46.479, correspondente a 100% do valor desses títulos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009. A composição da carteira está apresentada líquida dessa provisão. Esses títulos foram atualizados até as datas de seus vencimentos que ocorreram em 1º de maio de 2001 e 1º de junho de 1998, respectivamente.

A Fundação possui também provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa na realização de debêntures e ações no montante de R\$ 65.891 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 4.397 - 2009).

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, demonstramos nos quadros a seguir as características dos títulos e valores mobiliários, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos, por modalidade e por categoria de avaliação em 31 de dezembro de 2010:



PBD	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO
Tipo/Natureza:		
Títulos para negociação:		
Mercado à vista - Ações	147.064	147.064
Operações compromissadas	111.105	111.105
NTN - Notas tesouro nacional	80.648	80.648
CDB - Certificados depósitos bancários	46.544	46.544
Debêntures	7.146	7.146
Contas a Pagar/ Receber e ajustes de swap e futuros	7.094	7.094
Fundo de participação	2.945	2.945
Fundo imobiliário	2.562	2.562
CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.097	1.097
	<u>406.205</u>	<u>406.205</u>
Títulos mantidos até o vencimento:		
NTN - Notas tesouro nacional	1.224.626	1.453.505
CDB - Certificados depósitos bancários	71.747	71.747
Debêntures	67.664	67.664
Quotas de fundos de ações	<u>19.456</u>	<u>19.456</u>
	<u>1.383.493</u>	<u>1.612.372</u>
Total	<u>1.789.698</u>	<u>2.018.577</u>
Títulos mantidos até o vencimento:		
Por faixa de vencimento:		
Até 360 dias	26.802	26.802
Entre 361 dias e 1.080 dias	109.891	110.053
A partir de 1.081 dias	<u>1.246.800</u>	<u>1.475.517</u>
Total	<u>1.383.493</u>	<u>1.612.372</u>

PCD	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO
Tipo/Natureza:		
Títulos para negociação:		
LFT - Letras financeiras do tesouro	679.063	679.063
LTN - Letras do tesouro nacional	341.900	341.900
Quotas de fundos de ações	202.752	202.752
NTN - Notas tesouro nacional	99.441	99.441
Debêntures	119.235	119.235
Contas a pagar/receber e ajustes de swap e futuros	12.591	12.591
Operação compromissada	106.096	106.096
CDB - Certificados depósitos bancários	39.916	39.916
	<u>1.600.994</u>	<u>1.600.994</u>
Títulos mantidos até o vencimento:		
NTN - Notas tesouro nacional	875.058	1.083.161
CDB - Certificados depósitos bancários	54.911	54.911
Debêntures	<u>44.402</u>	<u>44.402</u>
	<u>974.371</u>	<u>1.182.474</u>
Total	<u>2.575.365</u>	<u>2.783.468</u>
Títulos mantidos até o vencimento:		
Por faixa de vencimento:		
Até 360 dias	47.601	47.601
Entre 361 dias e 1.080 dias	20.139	20.139
A partir de 1.081 dias	<u>906.631</u>	<u>1.114.734</u>
Total	<u>974.371</u>	<u>1.182.474</u>



PGA	VALOR CON- TÁBIL	VALOR DE MER- CADO
Tipo/natureza:		
Títulos mantidos até o vencimento:		
NTN - Notas tesouro nacional	33.946	46.165
Operação compromissada	1.322	1.322
Contas a pagar/ receber e ajustes de swap e futuros	<u>(298)</u>	<u>(298)</u>
	<u>34.970</u>	<u>47.189</u>
Títulos mantidos até o vencimento:		
Por faixa de vencimento:		
A partir de 1.081 dias	<u>34.970</u>	<u>47.189</u>

A TELOS, segundo o entendimento de sua administração, baseada em análises dos fluxos de pagamentos e recebimentos futuros, possui intenção e capacidade financeira suficiente para manter os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento", até a data do seu vencimento.

B) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os bens relativos aos investimentos imobiliários estavam cobertos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 por apólices de seguro em montante considerado pela Fundação como suficiente para cobrir eventuais sinistros.

No exercício de 2010, foram reavaliados alguns imóveis integrantes da carteira da TELOS e, em decorrência do registro dos laudos de reavaliação, foi apurada uma valorização na carteira de investimentos imobiliário de R\$ 13.504, a qual foi integralmente alocada como receita de reavaliação.

LOCALIZAÇÃO	AVALIADOR	DATA BASE	VALOR DE REAVALIAÇÃO	VALOR CONTÁBIL NA DATA BASE	ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO
Amazonas Shopping Center	C & C consultoria imobiliária Ltda.	Jan/10	<u>42.825</u>	<u>32.184</u>	<u>10.641</u>
Pres. Vargas 10º ao 11º	Senior Consultoria e estudos técnicos Ltda.	Set/10	<u>2.910</u>	<u>1.254</u>	<u>1.656</u>
Pres. Vargas 12º ao 13º	Senior Consultoria e estudos técnicos Ltda.	Set/10	<u>2.188</u>	<u>981</u>	<u>1.207</u>
			<u>47.383</u>	<u>34.419</u>	<u>13.504</u>

(C) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Fundação mantém provisão referente a direitos creditórios de liquidação duvidosa no montante de R\$ 955 (R\$ 1.124 - 2009), para fazer face à eventual inadimplência na carteira de empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pela TELOS.

7. Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Refere-se ao valor a receber decorrente de ação judicial transitada em julgado patrocinada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's emitidas pelo Fundo nacional de Desenvolvimento - FND, em decorrência da substituição do índice de preços ao consumidor - IPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo Bônus do Tesouro Nacional - BTN.

O FND foi criado em julho de 1986, com o objetivo de prover recursos para realização, pela União, de investimentos de capital necessários à dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

O Fundo foi autorizado a emitir quotas e obrigações para captar recursos, denominadas OFNDs, com aquisição compulsória pelos fundos de pensão patrocinados por empresas do setor público, mediante utilização de 30% de suas reservas técnicas.

A ABRAPP obteve decisão transitada em julgado em 24 de setembro de 2008 no Tribunal Regional Federal da 2ª região. Após esta decisão, a ABRAPP aguardou o decurso do prazo de dois anos para



ação rescisória e, no final de 2010, orientou as suas associadas participantes do processo a efetuar a apuração dos valores a receber corrigidos monetariamente para dar início a ação de execução.

A Administração da TELOS está analisando através de seu departamento jurídico as questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: a incerteza do valor a ser recebido e o prazo de encerramento desta ação e, presentemente, não finalizou as análises que suportem o registro desse ativo.

8. Enquadramento dos investimentos

Conforme previsto no Ofício nº 1.635 da SPC, de 22 de maio de 2006, a Fundação tem até setembro de 2015 para se desfazer de seu investimento em ações da Embratel S.A. no valor de R\$14.045 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 12.663 - 2009).

9. Exigível contingencial

	2010	2009
Gestão previdencial:		
Ações cíveis e trabalhistas (a)	31.109	25.988
Depósitos judiciais	(5.462)	(4.269)
Ajuste de tábua biométrica (b)	16.000	16.000
Variação de benefício		2.262
Redução de Taxa de Juros (c)	<u>27.000</u>	
	<u>68.647</u>	<u>39.981</u>
Gestão administrativa:		
Ações trabalhistas	381	476
PIS/COFINS liminar	3.120	2.008
Depósitos judiciais	<u>(197)</u>	
	<u>3.304</u>	<u>2.484</u>
Investimentos:		
PIS/COFINS sobre aluguéis (d)	3.875	3.730
Investimentos imobiliários	917	778
IPTU (e)	2.254	2.254
Depósitos judiciais (e)	<u>(2.254)</u>	<u>(2.254)</u>
	<u>4.792</u>	<u>4.508</u>
Total	<u>76.743</u>	<u>47.172</u>



(a) Referem principalmente às ações de um grupo de ex-participantes e assistidos da Telos, em sua maioria representados pelo sindicato da categoria profissional, referente aos expurgos inflacionários ocorridos no período de 30 de junho de 1987 a 31 de março de 1991 e buscam os reflexos pertinentes da compensação do expurgo do Índice de Preço ao Consumidor - IPC divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE nos planos de benefícios administrados pela Telos no referido período.

(b) Em 31 de dezembro de 2009, a Administração da TELOS, conforme aprovado pelo seu Conselho Deliberativo, contabilizou uma provisão no PCD no montante de R\$ 16.000 para a mudança da tábua biométrica de mortalidade geral AT-83 para a AT-2000 e da tábua de mortalidade de inválidos de CSO-41 para CSO-58. Tal montante foi registrado no exigível contingencial, dado que o mesmo representava a melhor estimativa da administração.

(c) Em função de deliberação do Conselho Deliberativo, em sua 240ª reunião, realizada em 30 de novembro de 2010, foi constituída provisão de contingência no valor de R\$ 27.000, para redução da taxa de juros, visando à de futura revisão no PCD.

(d) A Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) sustenta que, conforme determina a Resolução BACEN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, as entidades fechadas de previdência complementar poderão ter parte de seus recursos garantidores aplicados no segmento de imóveis. Dessa forma, segundo entendimento de grande parte do setor, esses rendimentos deveriam ser considerados “aplicações financeiras destinadas ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate” e, portanto, dedutíveis da base de cálculo das contribuições para PIS/COFINS em conformidade com a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

O exigível contingencial do programa de investimento registra as provisões de PIS/COFINS sobre receita de aluguéis, pois a Instrução Normativa (IN) SRF nº 170, de 4 de julho de 2002, não incluiu no seu elenco de deduções as receitas de aluguéis, venda de imóveis e reavaliações da carteira de investimentos imobiliários.

A TELOS, ao tomar essa decisão, segue a mesma postura adotada pela maioria das entidades fechadas de previdência complementar que, conforme orientação da ABRAPP, exclui da base de cálculo de PIS/COFINS a citada receita.

(e) Referem-se a questionamentos judiciais efetuados pela TELOS ao Município do Rio de Janeiro relativos ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a taxas municipais incidentes sobre os imóveis da TELOS no período de 1989 a 2002, questionamentos estes que: (i) para o período de 1989 a 1993, consistem no ajuizamento de 15 ações de execução pelo Município, cujos valores estão integralmente depositados judicialmente pela TELOS; e (ii) para o período de 1994 e 1997, consistem em medidas cautelares ajuizadas pela TELOS onde, em cada exercício, foram depositados judicialmente os valores integrais das cotas e taxas referentes a todas as inscrições imobiliárias da TELOS. Cumpre ressaltar, ainda, que, no que se refere aos depósitos administrativos feitos junto à Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro (referentes ao IPTU devido nos exercícios de 1998 a 2002), estes foram integralmente convertidos em renda em favor do Município, por solicitação da TELOS, promovendo-se a baixa das 42 execuções fiscais movidas em face da Fundação.

10. Patrimônio Social

A) MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	FUNDOS
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.006.327	86.710
Reclassificação do Fundo Assistencial		(1.070)
Superávit do exercício	99.352	
Constituição de provisões matemáticas e reversão de fundos	<u>300.061</u>	<u>8.759</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>4.405.740</u>	<u>94.399</u>

B) PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

	2010	2009
Provisões matemáticas:		
Benefícios concedidos:		
PBD	1.537.874	1.421.619
PCD	<u>1.364.387</u>	<u>1.237.605</u>
	<u>2.902.261</u>	<u>2.659.224</u>
Benefícios a conceder:		
PBD	2.640	2.073
PCD	<u>1.122.845</u>	<u>1.066.389</u>
	<u>1.125.485</u>	<u>1.068.462</u>
	<u>4.027.747</u>	<u>3.727.686</u>

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário interno em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

Provisão matemática de benefícios concedidos

No que tange ao PBD, essa provisão consiste na diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela TELOS em relação aos assistidos em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas à TELOS para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

Em relação ao PCD, a provisão matemática de benefícios concedidos correspondente a modalidade de renda mensal vitalícia é o valor atual dos encargos assumidos pela TELOS em relação aos assistidos em gozo de rendas iniciadas de aposentadoria, incapacidade, benefício por morte e benefício proporcional diferido. No caso de saque programado, a provisão matemática de benefícios concedidos é o saldo de conta total do participante.

Provisão matemática de benefícios a conceder

A provisão matemática de benefícios a conceder do PBD é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela TELOS em relação aos participantes que ainda não estejam em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões e o valor atual das contribuições que por eles e pelos patrocinadores venham a ser recolhidas à TELOS para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

No caso do PCD, a provisão matemática de benefícios a conceder é o saldo das contas previdenciárias dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício de prestação



continuada, acrescido do total do saldo da conta de contribuição destinada ao financiamento do saldo da conta projetada, para os casos de incapacidade ou morte em atividade e, ainda, do resíduo do saldo de conta que estiver sendo pago na forma de resgate parcelado.

Principais premissas atuariais utilizadas:

Fatores econômicos

Taxa de desconto a valor presente de obrigação atuarial:	
PBD	Inflação + 5,0% a.a.
PCD	Inflação + 6,0% a.a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano:	
PBD	Inflação + 6,0% a.a.
PCD	Inflação + 6,0% a.a.
Crescimento salarial médio, crescimento do benefício do INSS e reajuste do benefício do plano	
	Inflação
Taxa anual de inflação a longo prazo	4,5% a.a.
Capacidade salarial e de benefícios	0,98 (*)

(*) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias.

Fatores biométricos

	2010	2009
Tábua de mortalidade geral:		
PBD	AT 2000	AT 2000
PCD	AT-83	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos:		
PBD	CSO-58	CSO-58
PCD	CSO-41	CSO-41
Tábua de entrada em invalidez	Tábua Mercer de entrada em invalidez	Tábua Mercer de entrada em invalidez
Rotatividade	Não utilizada	Não utilizada

Equilíbrio técnico

O superávit técnico é constituído pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais da Fundação. Desse excedente, o valor correspondente a até 25% das provisões matemáticas é destinado à reserva de contingência, classificada em subgrupo do superávit técnico, e o restante, se houver, por força da legislação, deve ser destinado a reservas para ajuste do plano.



C) FUNDOS

Os fundos foram avaliados de acordo com o plano de custeio em vigor aprovado pelo Conselho Deliberativo e homologado pelos patrocinadores, e, também, com base na avaliação atuarial realizada no período sob responsabilidade de atuário interno.

O total de fundos previdenciais em 31 de dezembro de 2010 é de R\$62.908, composto conforme abaixo:

	2010	2009
Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos (PBD)	10.735	8.904
Fundo por Perda de Saldo (PCD)	52.173	43.448
	62.908	52.352

· Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos do PBD - Instituído para dar cobertura a eventuais desvios desfavoráveis na ocorrência de eventos previstos no plano de custeio relacionados à longevidade e morbidez da massa, à inflação projetada, aos retornos esperados dos investimentos e a outros que afetem o plano conforme descrito em nota técnica atuarial. A contribuição para esse fundo é exclusiva do patrocinador e dos participantes autopatrocinados e corresponde à aplicação da taxa de 0,285% sobre a folha de salário de participação dos participantes e autopatrocinados remanescente no plano.

· Fundo por Perda de Saldo - De acordo com o artigo 28 do Regulamento do PCD, é constituído pelo saldo positivo originado da diferença apurada entre o valor resgatado ou da portabilidade pelo participante em caso de término do vínculo empregatício e por seu saldo de conta, sendo sua utilização estabelecida no plano de custeio anual, podendo ser utilizado para a cobertura de oscilações

desfavoráveis na ocorrência de eventos previstos no plano de custeio relacionados à longevidade e à morbidez da massa, à inflação projetada, aos retornos esperados dos investimentos e a outros que afetem o plano, conforme descrito em nota técnica atuarial.

10. Gestão Assistencial

Tem como objetivo administrar recursos, constituídos de acordo com o artigo 5º do Estatuto da TELOS, que se destinam ao custeio de serviços e planos assistenciais existentes na data da promulgação da Lei Complementar nº 109/2001.

A Instrução Conjunta SPC/ANS nº 1, de 18 de dezembro de 2008, estabeleceu critérios para a execução das atribuições legais da então SPC e da Agência Nacional de Saúde (ANS) relacionadas às atividades de assistência à saúde exercida pelas entidades fechadas de previdência complementar.

As Características básicas do Plano de Assistência Médica para Aposentados e Pensionistas (AMAP) são:

· O Plano de Assistência Médica para Aposentados e Pensionistas (AMAP) é um plano fechado e atende, exclusivamente, os assistidos do PBD e seus dependentes e os pensionistas em gozo de pensão por morte ou auxílio reclusão. Cobre 85% das despesas médicas dos usuários, limitadas às tabelas de honorários médicos definidos pela Embratel.

· À TELOS cabe única e exclusivamente a gestão dos recursos do AMAP, não sendo responsável por qualquer desequilíbrio financeiro/atuarial deste plano.



Os recursos hoje administrados pela TELOS correspondem, principalmente, ao patrimônio mínimo iajustado exigido pela ANS por meio da RN 160, no montante de R\$ 1.620. Atualmente a Embratel, Patrocinadora deste Plano, efetua mensalmente o pagamento das contraprestações, que são pósestabelecidas.

PARECERES E DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA TELOS

Roberto Durães de Pinho
Presidente
CPF: 407.903.637-04

Surama Novelli Maia
Contadora
CPF: 018.378.887-79
CRC-RJ-080.895/0-9

